

III ICHT 2019
COLÓQUIO INTERNACIONAL
IMAGINÁRIO: CONSTRUIR E HABITAR A TERRA
DEFORMAÇÕES, DESLOCAMENTOS E DEVANEIOS
16-18. ABR. 2019
SÃO PAULO

ATAS

Abril de 2019



FAUUSP



**UNIVERSITÉ
DE LYON**



Senac



FAPESP

III ICHT 2019
COLÓQUIO INTERNACIONAL
IMAGINÁRIO: CONSTRUIR E HABITAR A TERRA
DEFORMAÇÕES, DESLOCAMENTOS E DEVANEIOS
16-18. ABR. 2019
SÃO PAULO

ANAIS E RESUMOS



© FAUUSP, São Paulo, Brasil, 2019.

Universidade de São Paulo

Reitor - Vahan Agopyan

Vice-reitor - Antonio Carlos Hernandez

Pró-reitoria de Pesquisa - Sylvio Roberto Accioly Canuto

Presidente Aucani - Raul Machado Neto

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Diretora - Prof. Dra. Ana Lucia Duarte Lanna

Vice-diretor - Prof. Dr. Eugênio Queiroga

Atas do 3º Colóquio Internacional ICHT 2019 – Imaginário: Construir e Habitar a Terra

Organização - Artur Simões Rozestraten, Gil Barros, Vladimir Bartalini, Karina Oliveira Leitão

Diagramação e editoração: Daniel Perseguidor

Produção Gráfica e Impressão Laboratório de Produção Gráfica - LPG FAUUSP,

José Tadeu de Azevedo Maia

Revisão e coordenação Gil Barros, Fabiana Imamura



Comitê de Organização em São Paulo

Prof. Dr. Artur S. Rozestraten (FAUUSP) - Coord.	artur.rozestraten@usp.br
Prof. Dr. Gil Barros (FAUUSP) - Coord.	gil.barros@usp.br
Profa. Dra. Karina Oliveira Leitão (FAUUSP) - Coord.	koleitao@usp.br
Profa. Dra. Sara Miriam Goldchmit (FAUUSP) - Coord	saragold@usp.br
Prof. Dr. Vladimir Bartalini (FAUUSP) - Coord.	bartalini@usp.br

Alessandra Fudoli - graduanda FAUUSP
Arthur Cabral - doutorando FAUUSP (UFG)
Bruna Keese dos Santos - mestranda FAUUSP
Caio Adorno Vassão - pós-doutorando RITE
Daniel Persequim -mestrando PGEHAUSP
Daniele Queiroz dos Santos - mestre FAUUSP
Diogo Augusto Pereira - mestrando FAUUSP
Fabiana Imamura - graduanda FAUUSP
Fernando Gobbo - mestre FAUUSP (UNISEB)
Gabriel Figueiredo - mestre FAUUSP
Giovanni Francischelli - mestrando ECAUSP
Janaina Mimura - arquiteta, intercambista FAUUSP
Julia Tranchesi - mestranda ECAUSP
Juliana Eiko Hiroki - mestre FAUUSP
Juliano Carlos Cecílio Batista Oliveira (UFU)
Lívia Perez - doutoranda ECAUSP
Rodrigo Luiz Minot Gutierrez - doutorando FAUUSP (UNIUBE)
Vinícius Juliani Pereira - mestrando FAUUSP
William Chinen - graduando FAUUSP

Comitê Científico

Ana Esteban Maluenda	Maria Camila Loffredo D'Ottaviano
Ana Paula Koury	Marta Vieira Bogéa
Artur Simões Rozestraten	Mauricio Arnaldo Carcamo Pino
Caio Santo Amore	Michel Rautenberg
Caio Vassão	Monique da Silva
Claire Revol	Nelson José Urssi
Cybelle Salvador Miranda	Paulo Eduardo Fonseca de Campos
Daniel B. Portugal	Pedro Janeiro
David Moreno Sperling	Rachel Bouvet
Denise Morado Nascimento	Reginaldo Ronconi
Fernando Vázquez	Rinaldo Miorim
Jorge Bassani	Rodrigo Firmino
José Aparecido Celorio	Rogério de Almeida
José Eduardo Baravelli	Sandra Maria Patrício Ribeiro
Juliana Braga	Sandro Canavezzi de Abreu
Julieta Maria de Vasconcelos Leite	Sara Goldchmit
Karina Leitão	Tatiana Sakurai
Lise Bourdeau-Lepage	Valéria Cristina Pereira da Silva
Lucia Leitão	Valéria Fialho
Luís Antônio Jorge	Valeska Fortes de Oliveira
Luis Fernando da Silva Mello	Vânia Mara Alves Lima
Marcos Namba Beccari	Vera Maria Pallamin



OCUPAÇÕES E URBANISMO INSURGENTES área central de São Paulo

Débora Sanches, Belas Artes e Mackenzie, Brasil
deborasanches@uol.com.br

Jeroen Stevens, UK Leuven, Bélgica
jeroen.stevens@hotmail.com

Marcele Piotto, Belas Artes, Brasil
marcelepiotto0@gmail.com

Palavras-chave :

Movimentos sociais de moradia, Ocupações,
Resistência, Insurgente, Área Central.

RESUMO

Os movimentos sociais de moradia produzem no centro da cidade de São Paulo uma cartografia insurgente, através da luta e resistência, ocupando prédios vazios que não cumprem a função social da cidade. No intuito de despertar o papel e as ações dos movimentos sociais de moradia como agentes urbanos e sociais, o artigo busca apresentar a transformação no cenário urbano da área central, as dinâmicas internas das ocupações, e a rede colaborativa de diferentes agentes que participam do processo. A pesquisa empírica foi realizada com a vivência e extenso trabalho de campo e estreita colaboração dos autores, desde 2014 até o presente momento, na ocupação e acompanhamento das atividades do Movimento Sem Teto do Centro (MSTC), ONGs e coletivos culturais em São Paulo. O tema é apresentado a partir da formação dos movimentos sociais de moradia e luta pela conquista do direito a cidade, na sequência as estratégias de luta e a contextualização histórica da Ocupação 9 de julho (prédio do INSS), tem a intenção de evidenciar os avanços dos movimentos sociais de moradia na con-

quista da moradia digna, que alcançam a participação pública nos principais conselhos da cidade e na formulação de programas habitacionais reafirmando a construção manual e gradual pelo direito à cidade e os direitos à moradia digna. A organização interna da ocupação 9 de julho apresenta os movimentos sociais de moradia como sujeitos coletivos de luta, a rede de colaboradores externos, também a construção de identidade e da representação social e política, estabelecendo a possibilidade de exercer outra forma de se relacionar com a cidade formal por melhores condições de vida.

Introdução

Conforme Gohn (1991) e Kowarick (1994), os movimentos sociais de moradia são marcados principalmente, nas décadas de 1970 e 1980, no município de São Paulo pelas lutas dos moradores que reivindicavam o acesso às melhorias urbanas, ao direito à moradia digna, incluindo a regularização de loteamentos e/ou mobilizando milhares de pessoas em ocupações de terras, nas áreas periféricas. A Reforma Urbana e Direitos Universais (1948) tornaram-se a sua agenda principal, com exigências que estavam para além do espaço espacial da cidade, como transporte, acesso a cuidados de saúde, creche, educação. Por outro lado na região central da cidade de São Paulo, as reivindicações dos movimentos sociais de moradia foram pautadas, contra as altas taxas de luz e água, contra os despejos sem aviso prévio, contra os abusos dos intermediários e pelo direito de permanência em regiões dotadas de infraestrutura e trabalho, marcadas especialmente pelos moradores de cortiços. Todas as manifestações são a busca pelo direito à moradia digna e à cidade em sua amplitude, como aponta Lefebvre (1968).

A Igreja Católica apoiou estas reivindicações através das Comunidades Eclesiais de Base (CEB), defendendo a função social da cidade, pela gestão democrática e participativa da cidade. Motivada pela Teologia da Libertação e com base na «pedagogia do oprimido» de Paulo Freire (Freire, 1968), as diversas associações de bairro da classe trabalhadora, interligadas com movimentos sociais tinham como propósito discutir os graves problemas da precariedade urbana das comunidades carentes de São Paulo. Com o tempo, devido ao trabalho em expansão com vários tipos de habitações precárias, a pastoral começou a ser nomeado Pastoral de Moradia ou Pastoral da Habitação (Caricari e Kohara, 2006).

Em 1987, com a dinâmica das reivindicações e lutas a melhoria da qualidade de vida levaram à criação da União dos Movimentos de Moradia (UMM) que organizou os múltiplos movimentos pelo direito a moradia digna em uma organização coletiva mais unificada, com a ascensão política do Partido dos Trabalhadores. Nos bairros do centro expandido, as Pastorais da Arquidiocese trabalharam com a população de habitantes dos cortiços. Os bairros de Belém, Ipiranga e Sé foram os mais envolvidos neste trabalho em função da vasta heterogeneidade, cobrindo altas concentrações de pobreza e miséria social no centro da cidade.

A organização dos diferentes atores que se articularam dentro da sociedade civil, movimentos sociais e diversas entidades, desde a redemocratização do país a partir de 1985, colocam os conceitos e as ideias - Reforma Urbana (em grande parte coincidente com a democratização do direito à cidade) - na agenda do Congresso Nacional em 1987, levando a emendas de iniciativas populares, inclusive inovadoras propostas de política fundiária urbana e habitação social que são incorporadas à nova Constituição Federal (CF), aprovada em outubro de 1988.

Destacam-se, entre os avanços e inovações da nova Constituição Federal de 1988, que buscou contribuir para a restauração da democracia, as diretrizes de uma nova política urbana foram baseadas no fortalecimento dos municípios, alocando autonomia administrativa através da Lei Orgânica (CF, Atributo 29), distribuindo-a responsabilidade de implementar processos de planejamento urbano inclusivos e participativos. O artigo 23 que estabelece a responsabilidade de competência comum da União, dos Estados e dos Municípios para promover programas de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico, e os artigos 182 e 183, que define os princípios da política urbana, o plano diretor como o principal instrumento de desenvolvimento urbano e a função social da propriedade e da cidade.

A Lei Federal No. 10.257 de 10 de julho de 2001, conhecida como Estatuto da Cidade é aprovada somente treze anos depois, e viabiliza instrumentos urbanísticos aos municípios para implementação dos princípios da política urbana.

No município de São Paulo na gestão da prefeita Luiza Erundina (Partido dos Trabalhadores, 1989-1992), a partir dos princípios da Constituição Federal de 1988, foram criados programas e projetos de habitação de interesse social com recursos do Fundo Municipal, promovendo a integração entre a moradia digna e a infraestrutura preexistente. Com destaque, à participação social no processo inserem-se a autogestão, os mutirões e projetos participativos. Desta forma, os movimentos sociais de moradia se fortalecem com a troca de saberes com as assessorias técnicas (formadas por arquitetos e equipes interdisciplinares) e poder público, ganhando capacidade de articulação, bem como, aprendizado técnico a partir da vivência.

Conforme Bonduki (2000), o Programa de Produção de Habitação por Mutirão e Autogestão da gestão municipal (1989-1992), tinha como objetivo fortalecer a participação da população nas políticas sociais com projetos de qualidade técnica e custos menores. A autogestão na produção da moradia foi concretizada pela participação intensa dos futuros moradores do empreendimento habitacional, que organizados em associações ou cooperativas, participaram desde o momento inicial do projeto da habitação, orientados por equipes de assessorias técnica, na administração da construção das unidades habitacionais em todos os seus aspectos, a partir de regras e diretrizes estabelecidas pelo poder público, responsável pelo seu financiamento.

Ressalta-se que esta gestão ficou marcada como referência de processos participativos de política pública e a produção de novas unidades habitacionais que foi garantida pela desapropriação de vazios urbanos dotados de infraestrutura, preferindo-se empreendimentos com poucas unidades habitacionais, inclusive em áreas centrais para ficar próximo do trabalho e dos serviços.

A falta de continuidade nas gestões seguintes (Maluf e Pitta, 1993 - 2000), todas as ações foram paralisadas e houve, mais uma vez, um retrocesso no modelo de política de habitação adotado pelo poder público, predominou os métodos convencionais de construção com projetos homogêneos sem a participação da população e das assessorias técnicas nas decisões, conseqüentemente, as obras de vários mutirões espalhados pela cidade foram paralisadas (Sanches e Alvim, 2016).

Assim, conforme Sanches (2015) em 1997 as reivindicações dos movimentos sociais de moradia por programas de habitação social nos distritos centrais de São Paulo e a luta pelo direito à cidade, é marcado pelas ocupações de imóveis vazios que não cumprem a função social da propriedade.

O direito à moradia e as estratégias de ocupações de imóveis vazios

Uma das ocupações mais emblemáticas em 1997 foi à ocupação do prédio de propriedade do INSS, localizado na Avenida Nove de Julho no município de São Paulo. Edifício art-deco construído nos anos de 1940, com 14 andares em concreto e mármore, escadarias e pórtico monumental com fachada principal voltada para a Avenida Nove de Julho. De uso misto com vários terraços e grandes varandas complementares de seis andares de escritórios, e oito andares acomodavam consultórios médicos nos quatro primeiros pavimentos e 67 apartamentos nos andares superiores. Projetado pelo arquiteto brasileiro Jayme Fonseca Rodrigues encomenda do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas (IAPETC), o prédio fazia parte da verticalização da cidade, conforme as figuras 1 e 2. Na década de 1970 o prédio foi esvaziado pelo INSS para ser sede da repartição pública em São Paulo, fato que nunca aconteceu. Conforme aponta Frugoli (2000) muitos edifícios ficaram vazios na área central em função da mudança de centralidade que se deslocaram em direção à Avenida Paulista, e depois Faria Lima.



Figura 1: Prédio do Inss, visto da Avenida 9 de Julho Fonte: Revista Acrópole, Leo Liberman, 1940



Figura 2: INSS na Avenida Nove de Julho in 1950. Fonte: Imagem do Acervo do Estado de São Paulo

A partir das reivindicações por programas habitacionais vários movimentos de moradia ocuparam o prédio do INSS na Avenida Nove de Julho, conforme aponta Dona Olga, a partir de 2 de novembro de 1997 até 2003, mais de 150 famílias limpavam e subdividiram os antigos escritórios e apartamentos, e transformaram em moradias. Desde o início da ocupação, os movimentos negociaram com o poder público, para que o projeto de reforma do edifício tivesse soluções permanentes de habitação para as famílias. A ocupação do prédio do INSS se tornou referência em função da organização interna com os moradores, a forte articulação política e formação de múltiplos coordenadores dos movimentos, que mais tarde desempenhariam papéis fundamentais na extensão das lideranças dos movimentos de moradia dos sem-teto.

Desde o início da ocupação no prédio do INSS, os movimentos de moradia receberam apoio da Assessoria Técnica Ambiente Arquitetura no desenvolvimento do projeto de reforma, bem como, para a produção de unidades novas de habitação social nos terrenos adjacentes ao lado do edifício. O Procentro e a Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (COHAB) também apoiaram a realização do projeto dentro do Programa Morar no Centro da Prefeitura Municipal na gestão (2001-2004). O processo foi marcado pela participação de todas as famílias da ocupação que se envolveram nas numerosas reuniões, workshops e negociações para tentar viabilizar o projeto.

A partir de várias dissidências dos movimentos que ocuparam, nas salas da ocupação 9 de julho, em 2000 nasce o movimento MSTC (Movimento dos Sem-Teto do Centro), com novas lideranças e diretrizes, conforme aponta Carmen Ferreira, e em 2001 junto com outros movimentos criaram a FLM (Frente de Luta por Moradia), que

hoje abriga todos eles, mantendo com os outros movimentos, uma relação de respeito que se articulam juntos em determinadas ações. Em 2003 com a promessa pelo governo municipal de transformar o edifício em um conjunto habitacional, os moradores desocupam o imóvel e o não cumprimento da promessa, o prédio fica vazio novamente. Além do abandono e da falta de manutenção, em 2004 o edifício tem sua fachada e espaços internos degradados a partir de um incêndio. O movimento reocupar o prédio por mais 3 vezes, todas elas seguidas de truculentos processos de reintegração de posse.

Barbosa (2014) destaca em sua dissertação de mestrado que no tecido vago do centro, os movimentos sociais de moradia aperfeiçoaram seu repertório tático e discurso ideológico, evoluindo para “novos protagonistas” altamente politizados no território urbano político e espacial do centro. Por muitos observadores, o discurso de Holston (2008) de “cidadania insurgente” era freqüentemente transposto nas favelas periféricas construídas pela própria cidade para os prédios recuperados no centro, e posteriormente, transformou-se em fenômenos como “cidadania transgressiva” (Earle, 2017), ou “regeneração insurgente” (De Carli e Frediani, 2016), por tornar tais ocupações como degraus para a inclusão, cidadania e mobilidade social, forçando as autoridades a responder às reivindicações por melhores moradias (Lima e Pallamin, 2010).

Vale destacar, que a estratégia de luta dos movimentos sociais de moradia na área central de São Paulo, resultou entre os anos de 1990 até 2012, em 38 empreendimentos de habitação de interesse social com quase 4.000 unidades habitacionais, em edifícios que foram reformados, obras novas ou em terrenos que existiam cortiços (Sanchez, 2015). Assim, desde 1997 vários movimentos sociais de moradias, se ramificaram e formaram outros movimentos, adotando estratégias de lutas diversificadas e ocupando centenas de edifícios vagos no centro de São Paulo, conforme mostra a figura 3.

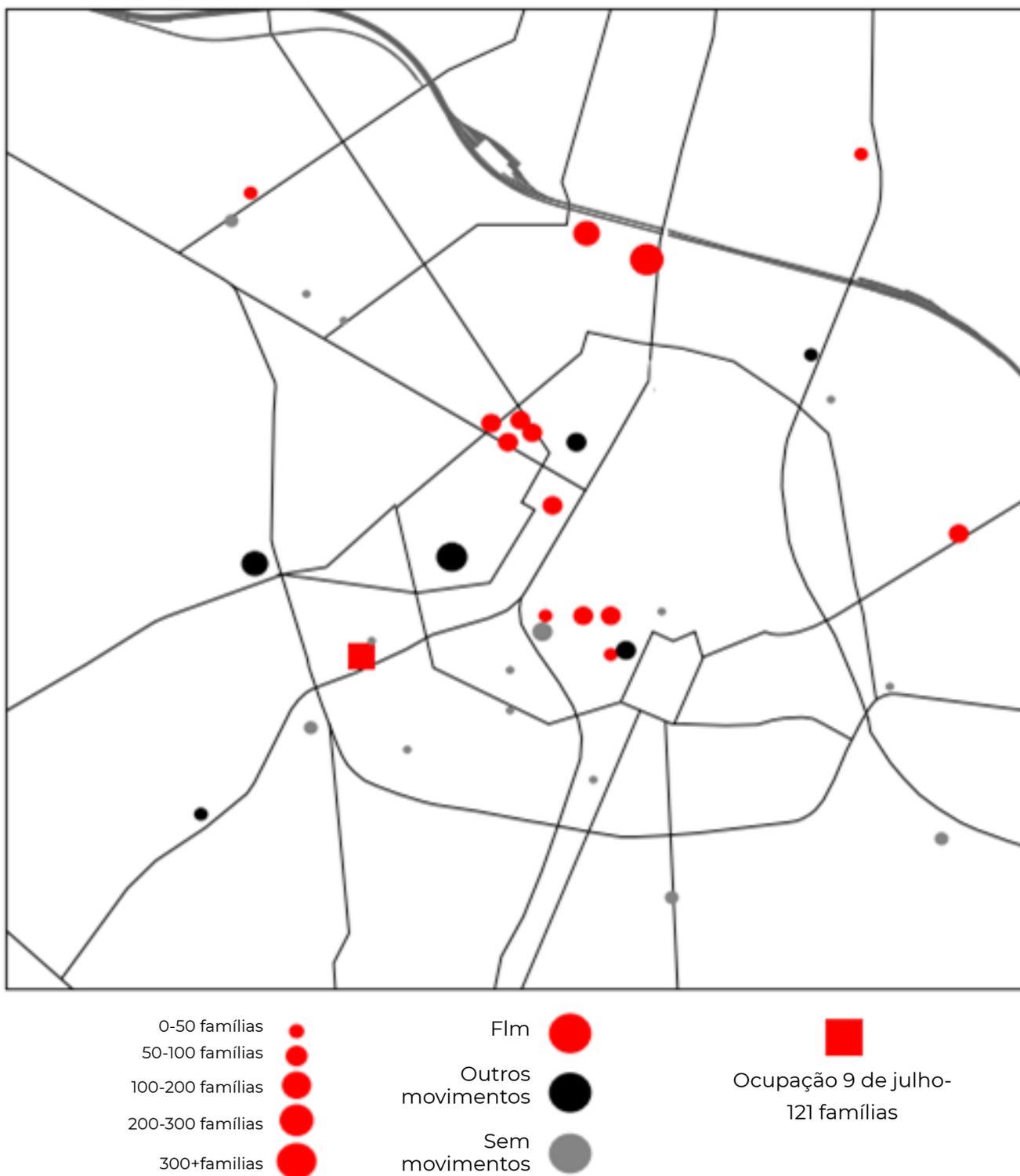


Figura 3: Mapa das ocupações no centro e número de famílias. Fonte: Marcele Piotto e Levi Roelens 2017.

Algumas ocupações tornaram-se exemplos de organização interna, como o Hotel Cambridge, por exemplo, que foi ocupado por 170 famílias em 2012 pelo MSTC (Movimento dos Sem-Teto do Centro). Além, de ter diversas atividades como; oficina de corte e costura, aula de inglês, oficina de cinema para os moradores, o edifício serviu como cenário e tema do premiado filme “Era Hotel Cambridge”¹ de Eliane Caffé, onde a diretora registra o dia-a-dia de dos moradores, questões relacionadas a migração, reintegração de posse e a luta pelo direito a moradia, na figura 3 o cartaz de divulgação do filme. Paralelamente, até 2016 aconteceram as intermináveis reuniões com os moradores e as lideranças do movimento organizado com diferentes assuntos relacionam a direitos e deveres, o autor Stevens acompanhou por diversos meses entre 2014 a 2016 as reuniões, pois realizou pesquisa empirica do seu doutorado (Leuven na Bélgica), e quando esteve no Brasil morava no edifcio ocupado.



Figura 4: Cartaz de divulgação do filme Fonte: <http://www.atoupeira.com.br/era-o-hotel-cambridge-e-premiado-no-festival-do-rio/>

¹ O filme Era Hotel Cambridge, até o presente momento, recebeu o Prêmio da Indústria – Cine en Construcción, no 63º Festival de San Sebastián, em 2015; Hubert Buls Fund 2015 – do Festival de Rotterdam; Prêmios de Melhor Montagem, Melhor Filme Voto Popular e Prêmio FIPRESCI, no Festival do Rio 2016; Melhor Filme Nacional Voto do Público, na 40ª Mostra de São Paulo; Melhor filme no Festival Inter - nacional de Cinema da Fronteira e de Melhor Atuação à Carmen Silva. Em março de 2017, estará em cartaz no circuito comercial. (COLEJO, 2017)

Ressalta-se que processo de luta que iniciou em 2012, o antigo Hotel Cambridge será transformado no Residencial Cambridge com 121 unidades habitacionais, após sua desapropriação ter sido aprovado pelo Conselho Municipal de Habitação para ser destinado a Habitação de Interesse Social. Conforme a Assessoria Técnica Peabiru que fez a revisão do projeto, relata que o movimento de moradia MSTC consegue o Edital de Chamamento para obter o imóvel como contrapartida e ingressar no programa Minha Casa Minha Vida Entidades do Governo Federal. Em julho de 2018 o contrato foi assinado e a liberação dos recursos para início das obras aconteceu em janeiro de 2019. A Assessoria Técnica Peabiru fará o projeto executivo, acompanhamento da obra, assistência técnica e o trabalho social junto às famílias.

A ocupação do prédio da 9 de julho e a sua dinâmica interna

Em 2016, os moradores que ocupavam Hotel Cambridge precisaram sair do edifício, uma vez que, o imóvel precisava estar vazio para a continuidade do processo de viabilização pelo poder público. Em 28 de outubro de 2016, o prédio do INSS na Avenida Nove de Julho é reocupado pelo MSTC. Apesar de um confronto com a polícia militar, os ocupantes conseguiram ficar, e o processo de limpeza, reformas e a luta pela moradia inicia um novo ciclo. O processo contou com a Assessoria Técnica Peabiru e o auxílio de especialistas em engenharia da USP para elaboração de um laudo que atestava a segurança do edifício, devido aos anos de abandono e o incêndio. Assim, o movimento recomeça na ocupação denominada “9 de julho” a dinâmica que se dá ao ocupar um prédio abandonado, iniciando com um grande trabalho de limpeza. Os mutirões de limpeza são os primeiros atos de reabilitação dos espaços do prédio para receber novas famílias, que neste primeiro momento contam também com a ajuda de moradores de outras ocupações do movimento. O lixo e o entulho retirados preencheram dezenas de caçambas de caminhão. O trabalho de limpeza e organização no primeiro mês é intenso, mantendo a dinâmica diária, conforme as figuras 5 e 6. A transformação na paisagem urbana, arquitetônica e a mudança no fluxo de pessoas realizada ao ocupar são imediatas.



Figura 5: mutirão de limpeza no prédio Fonte: Virginia de Medeiros, 2016



Figura 6: mutirão de limpeza no prédio. Fonte: Jeroen Stevens, 2016

Os espaços internos e externos estão em constante transformação, acontecem em dois momentos, o primeiro de necessidades básicas como a cozinha comunitária e o banheiro coletivo são os primeiros espaços a se estabelecer. Paralelamente, os moradores ao mesmo tempo estão reformando as suas unidades habitacionais. Outra ação importante é a construção da portaria, que se tem acesso pela Rua Álvaro de Carvalho 427.

Assim, os 14 andares de todo o edifício estavam habitados por 121 famílias de sem-teto, das quais metade eram antigos residentes do Hotel Cambridge. Depois de instalar as provisões técnicas básicas, como água, eletricidade e esgoto, as residências individuais foram construídas usando uma combinação de painéis de madeira compensada, alvenaria e drywall. No terceiro andar, uma grande sala de reuniões, sala de aula, madeira atelier, escritórios e duas grandes cozinhas coletivas foram organizadas, permitindo que o edifício se tornasse a sede principal do movimento, como mostra a figura 6. Grandes espaços ao ar livre foram transformados em um campo de futebol, jardim comum e parque infantil. Vinte anos depois de sua primeira ocupação icônica, está agora se restabelecendo novamente como uma iniciativa voltada para a vida coletiva.

Após as famílias se estabelecerem as ações seguintes de melhorias estão relacionadas aos espaços coletivos, salas de reuniões, espaço multiuso também é área para assembleia dos moradores, refeitório (que abriga um restaurante aberto ao público uma vez por mês), horta, biblioteca, administração, marcenaria, quadra poliesportiva, brinquedoteca, brechó, salas de aula. As estratégias são trazidas da experiência anterior como no Hotel Cambridge.



Figura 7: Espaços coletivos Fonte: Marcele Piotto, 2018

As redes de atividades presentes na ocupação 9 de julho é intensa. A organização interna do movimento divide as atividades de manutenção e limpeza por andares, através de mutirões realizados pelos moradores e eventualmente, quando há ações com a participação de colaboradores externos, se faz mutirões de trabalho entre todos. No terceiro andar, onde se concentra os espaços e atividades coletivas, a cozinha, marcenaria e brechó, os moradores utilizam e trabalham diariamente para demandas internas, ilustrado nas figuras 7, 8 e 9.



Figura 8 :Espaços coletivos Fonte: Marcelle Piotto, 2018.



Figura 9: Espaços coletivos Fonte: Marcelle Piotto, 2018.

A figura 10 a seguir, representa os espaços coletivos gerados para as diversas atividades que acontecem diariamente com os moradores e o coletivo de colaboradores.

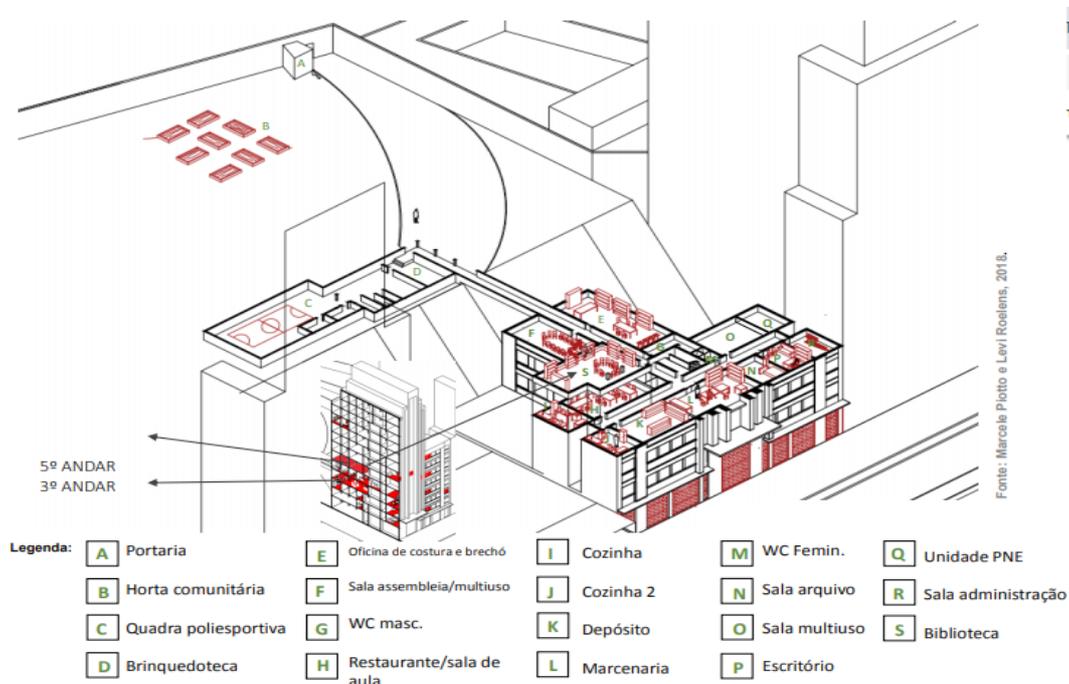


Figura 10: Mapeamento dos espaços gerados pelo movimento Fonte: Marcelle Piotto, 2018.

A partir da grande proporção de atividades e coletivos/colaboradores externos, a organização se dividiu em dois grupos: Comunicação e Trabalho. O Grupo de comunicação é composto por mídias alternativas e profissionais do ramo, são eles: Jornalistas Livres, Cineastas, Jornalistas, Fotógrafos, entre outros. As atividades desenvolvidas estão relacionadas, a narrativa da ocupação e do movimento, através da cobertura das ações públicas internas e externas, através de vídeos, fotografias e release informativo.

O grupo de trabalho é combinado e dividido em oficinas, aulas e mutirões, elaborados e organizados pelo coletivo que se faz presente no cotidiano da ocupação, entre eles: professores, estudantes, cineastas, arquitetos, Uneafro, escola da cidade, coletivo Aparelhamento, entre outros. Os dois últimos desenvolvem atividades na marcenaria, com a fabricação de moveis para ocupação e na cozinha, organizando e realizando os almoços mensais no último domingo do mês no restaurante Cozinha 9 de julho. A Uneafro em parceria com o MSTC realiza um cursinho pré Vestibular, aberto ao público, que acontece todo sábado na ocupação. Para um melhor entendimento e organização das oficinas e aulas segue a tabela 1 e a figura 11:

Oficinas/aulas	dia da semana	Aulas
Oficina de artes para crianças até 8 anos	Quarta-feira	Brinquedoteca, biblioteca e quadra
Oficina de dança para crianças	Quarta-feira	Brinquedoteca, biblioteca e quadra
Oficina de audiovisual/cinema para crianças acima de 9 anos	Segunda-feira	Sala de assembleia
Aula de capoeira	Terça-feira	Biblioteca
Atividades lúdicas para crianças- livre idade	Quinta-feira	Brinquedoteca, biblioteca e quadra
Oficina de coral para mulheres	Quarta-feira	Refeitório
Aula pré vestibular	sábado	Sala de assembleia

Tabela 1: Tabela de aulas e oficinas na ocupação 9 de julho. Fonte: Marcele Piotto, 2018.



Figura 11: Aulas e oficinas na ocupação 9 de julho. Fonte: Marcele Piotto, 2018.

A ocupação 9 de julho já abrigou inúmeros eventos culturais e educativos. Um dos primeiros eventos pós-ocupação foi o churrasco de natal em 2016. Recebe exposições nacionais e internacionais; a 11ª Bienal de Arquitetura teve espaço e aconteceram debates e palestras; o restaurante 9 de julho que é aberto ao público todo último domingo do mês; o autor Jerroen Stevens realizou uma exposição que é permanente, onde apresenta a sua pesquisa de doutorado denominada “Ocupar, Resistir, Construir, Morar”; muitas ações culturais são realizadas semanalmente.

Conclusões

A história geral dos movimentos sociais de moradia do centro de São Paulo mostra a incansável luta e a construção coletiva de soluções temporárias em ocupações que ilustram uma notável busca de direitos tangíveis para habitar o centro, de forma mais qualitativa, acessível e digna. Por outro lado, a transitoriedade da precariedade habitacional é marcada por inúmeras tragédias, violência e insalubridade como nos cortiços favelas e muitas famílias encontram estas condições para residir no centro.

Ocupações de imóveis vazios passaram a incorporar um código duplo na manifestação por direitos à cidade, por um lado, denunciando politicamente sua reivindicação pelo direito de morar no centro, por outro, a luta por projetos de habitação de interesse social. Essa luta resultou em vários projetos de habitação de interesse social na área central, pós a redemocratização do país a partir da Constituição Federal de 1988 e de políticas públicas municipais que desenvolveram programas e projetos realizados de forma participativa com as Assessorias Técnicas que tem um papel mediador, entre o processo social novo em que se protagonizam os movimentos sociais, possibilitando que o processo parta da referência humana, e chegue ao fim social de referência espacial de ocupação de um lugar para se viver.

O novo modo de morar revela a coletividade entre os habitantes da ocupação e entre os colaboradores, construída e encorajada pelo movimento MSTC, como uma rede de cooperação integrada. A ocupação torna-se um lugar onde as pessoas aprendem a “viver juntos”, se preparando para a vida em condomínio na futura habitação de interesse social e criando uma “rede invisível” de formação de cidadania e cultura, além da capacidade exemplar de organização e geração de espaços. A ocupação 9 de julho abriga hoje 121 famílias.

Reconhecimento

A todos do movimento MSTC, em especial Carmen Silva, Preta Ferreira, Danilo, Priscila e Samantha, deixamos aqui nossa maior admiração e agradecimento por compartilharem suas vidas e histórias de muita luta e resistência, sendo inspiração para enfrentar todas as dificuldades. A todos os grupos de colaboradores do movimento.

Referencias

Alvim, A. B. T. Da Desordem à Ordem: é Possível? Novas Perspectivas ao Planejamento Urbano no Brasil Contemporâneo. Paper presented at the Ordem Desordem Ordenamento: Urbanismo e Paisagismo, Rio de Janeiro, 2009. UFRJ/FAU/PROARQ.

Barbosa, Benedito Roberto. Protagonismo dos movimentos de moradia no centro de São Paulo: trajetória, lutas e influencias nas políticas habitacionais. 140f. Dissertação (Mestrado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território na Universidade Federal do ABC, Santo André, 2014.

Bonduki, Nabil. Origens da Habitação Social no Brasil. São Paulo: Estação Liberdade, 2000.

Caricari, A. M., & Kohara, L. Cortiços em São Paulo: Soluções Viáveis para Habitação Social no Centro da Cidade e Legislação de Proteção à Moradia. Salvador: Mídia Alternativa, 2006. Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, CESE.

De Carli, B., & Frediani, A. A. Insurgent Regeneration: Spatial practices of citizenship in the rehabilitation of inner-city São Paulo, 2016. *GeoHumanities*, 2(2), 331-353.

Earle, L. Transgressive Citizenship and the Struggle for Social Justice. *The Right to the City in São Paulo*. London: Palgrave Macmillan, 2017.

Era o Hotel Cambridge. Eliane Caffé. Cartaz de divulgação. São Paulo: Aurora Filmes, 2015. Disponível em: <http://www.atoupeira.com.br/era-o-hotel-cambridge-e-premiado-no-festival-do-rio/>. Acesso em: fev de 2019.

Freire, P. A Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

Frugoli, Heitor. Centralidade em São Paulo: Trajetórias, conflitos e negociações na metrópole São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

Gohn, Maria da Glória. Movimentos Sociais e Luta pela moradia. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

Holston, J. Insurgent Citizenship. Disjunctions of Democracy and Modernity in Brazil. Princeton: Princeton University Press, 2008.

Kohara, Luiz Tokuzi. As contribuições dos movimentos de moradia do centro para políticas habitacionais e para o desenvolvimento urbano do centro da cidade de São Paulo. 239 f. Relatório Científico Final apresentado a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

Kowarick, L., & Ant, C. (1982). O Cortiço: Cem Anos de Promiscuidade. *Novos Estudos Cebrab*, 2(April), 59-70.

Lefebvre, H. *Le droit à la ville*. Paris: Paris : Anthropos, 1968.

Lima, Z. R. M. A., & Pallamin, V. Informal Practices in the Formal City: Housing, Disagreement and Recognition in Downtown São Paulo. In F. Hernández, P. Kellett, & L. K. Allen (Eds.), *Rethinking the Informal City. Critical Perspectives from Latin America* (Vol. 11, pp. 39-52). New York, Oxford: Berghahn Books, 2010.

Sanches, Débora; ALVIM, A.A.T.B. Habitação social na área central de São Paulo realizada de forma participativa. In: II Congresso Internacional de Habitação Coletiva Sustentável, 2016, São Paulo. II Congresso Internacional de Habitação Coletiva Sustentável (2016, São Paulo). São Paulo: FAUUSP, 2016. V. 1. P. 540-543.

Sanches, D. (2015). Processo Participativo como Instrumento de Moradia Digna. Uma Avaliação dos Projetos da Área Central de São Paulo - 1990 a 2012. PPGAU Mackenzie, São Paulo.